

The background of the entire page is a faded, sepia-toned photograph of a person wearing a hard hat and a safety vest, likely a construction worker. The person is positioned in the center-right of the frame, with their body angled towards the left. The image is semi-transparent, allowing the text to be overlaid.

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 6 – Número 0331 – 27/11 à 01/12/2023

SUMÁRIO

- Destaque da Semana
 - Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
 - Notícias do Executivo
 - Notícias do Ministério Público do Trabalho
 - Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
 - e-Social
 - Outras Notícias
 - Atos Normativos
 - Dados Estatísticos de Fiscalização
-

Destaque da Semana

MTE publica portaria que estabelece procedimentos para fiscalização de igualdade salarial entre mulheres e homens

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 27/11/2023

O Ministério do Trabalho e Emprego publicou nesta segunda-feira, 27 de novembro, a [portaria nº 3.714](#), que regulamenta o [Decreto nº 11.795](#), que trata da igualdade salarial entre mulheres e homens, dando transparência salarial e critérios remuneratórios.

A portaria começa a valer a partir de 1º de dezembro, estabelecendo procedimentos administrativos para atuação dos Auditores-Fiscais do Trabalho em relação aos mecanismos de transparência e critérios remuneratórios que serão elaborados pelo órgão com base nas informações prestadas pelos empregadores no sistema eSocial. Esses dados serão coletados na aba Igualdade Salarial e de critérios remuneratórios, que será implementada na área do empregador do Portal Emprega Brasil.

O MTE publicará semestralmente, nos meses de março e setembro de cada ano, o relatório atualizado no site do órgão - sistema PDET. O relatório também deverá ser publicado pelas empresas em seus sítios eletrônicos, redes sociais ou similar sempre em local visível para garantir a ampla divulgação dos atos.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Terceirização: valores recebidos de boa-fé por trabalhadores não deverão ser restituídos](#)

Supremo Tribunal Federal - 29/11/2023

O Supremo Tribunal Federal (STF) esclareceu, nesta quarta-feira (29), que os valores recebidos de boa-fé em ações trabalhistas anteriores à decisão da Corte sobre a legalidade da terceirização não deverão ser restituídos. A decisão foi tomada no exame de dois recursos (embargos de declaração) no Recurso Extraordinário (RE) 958252, com repercussão geral (Tema 725).

[Manual sobre arbitragem é lançado no Supremo](#)

Supremo Tribunal Federal - 29/11/2023

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), participou nessa terça-feira (28) do lançamento do Manual com Fundamentos Básicos sobre a Arbitragem. O evento, promovido pelo Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr), ocorreu na Sala de Sessões da Segunda Turma do Tribunal.

[Página de pesquisa de jurisprudência do Supremo apresenta mudanças nas bases de súmulas e informativos](#)

Supremo Tribunal Federal - 27/11/2023

Quem acessar a [página de pesquisa de jurisprudências](#) no portal do Supremo Tribunal Federal (STF) observará mudanças importantes nas bases ligadas às súmulas e aos informativos. A pesquisa por súmulas agora apresenta resultados em ordem numérica, crescente ou decrescente, a depender da ordenação por mais recentes ou mais antigos.

[Contratação de pessoas com deficiência: desafios vão além da necessidade de inclusão](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/12/2023

Previsto na Constituição da República de 1988, o amparo à pessoa com deficiência também está presente nas relações de trabalho desde a Consolidação de Leis do Trabalho (CLT) e, mais recentemente, foi consolidado no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015). De acordo com o estatuto, pessoa com deficiência é “aque-la que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

[Rescisão indireta: quando a relação empregatícia se torna insustentável](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/12/2023

Na vida profissional, nem sempre as coisas acontecem como deveriam. Situações desgastantes e, por vezes, prejudiciais à saúde física e mental no ambiente de trabalho podem levar um empregado a legalmente se recusar a realizar determinada tarefa ou até mesmo considerar a rescisão do seu contrato de emprego. Nesse contexto, quando o empregador não cumpre obrigações importantes, a rescisão indireta surge como uma alternativa. Mas o que é uma rescisão indireta e em que circunstâncias ela é possível?

[Vendedor deve prestar depoimento sem a presença de representante da empresa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/11/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho acolheu recurso de um vendedor da Embratel TVSAT Telecomunicações S.A., em Itabuna (BA), que se sentiu desfavorecido porque teve negado seu pedido para que o representante da empresa não assistisse ao seu depoimento durante a audiência de instrução. Para o colegiado, a presença do preposto na sala de audiência prejudicou a defesa do trabalhador.

[Presidente do TST se reúne com representantes do Ministério do Trabalho e da Embaixada dos EUA](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/11/2023

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Lelio Bentes Corrêa, recebeu, nesta quarta-feira (29), representantes da Embaixada dos Estados Unidos e do Departamento do Trabalho (o Ministério do Trabalho dos EUA). A delegação estadunidense informou sobre as negociações em curso com o Ministério do Trabalho e expressou interesse em conhecer as políticas desenvolvidas pelo TST na proteção dos direitos sociais do trabalhador brasileiro.

[Atestado médico de 180 dias não garante estabilidade a bancária dispensada na pandemia](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/11/2023

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho afastou liminar que determinava a reintegração de uma bancária dispensada pelo Itaú Unibanco S.A. durante a pandemia da covid-19. Segundo o colegiado, não foi constatada estabilidade acidentária na época da dispensa, pois a trabalhadora não comprovou ter efetuado ao menos o requerimento de auxílio-doença no INSS.

[Ação de consignação sem depósito no prazo não afasta multa por atraso de verbas rescisórias](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/11/2023

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, por maioria, rejeitou o recurso da Auto Viação Fortaleza Ltda., de Fortaleza (CE), contra condenação ao pagamento de multa por atraso no pagamento de verbas rescisórias a um motorista, mesmo após o ajuizamento de ação de consignação em pagamento. Embora a ação tenha sido apresentada no prazo previsto para o pagamento da rescisão, a empresa não efetuou o depósito judicial previsto em lei.

[Seminário internacional promoverá debate sobre trabalho decente e sustentabilidade social](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/11/2023

Promover a necessidade do desenvolvimento social sustentável e difundir a importância de um trabalho digno e adequadamente remunerado. Estes são alguns dos

objetivos do “Seminário Internacional de Trabalho Decente e Sustentabilidade Social”, que será realizado em 7 de dezembro, a partir das 14h, no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília.

[Dia Nacional de Combate ao Câncer: conheça direitos trabalhistas de quem tem a doença](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/11/2023

Passado o primeiro impacto de um diagnóstico de câncer, o paciente começa uma caminhada em busca do tratamento adequado. Ter a tranquilidade de poder contar com uma rede de apoio e - por que não dizer? - a garantia da manutenção do emprego durante o tratamento e ao retornar ao trabalho pode ser determinante para vencer essa etapa de vida.

[Auxiliar com câncer de garganta demitida um dia após apresentar atestado será indenizada](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/11/2023

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho restabeleceu a condenação do supermercado Crestani & Filhos Ltda., de Francisco Beltrão (PR), a pagar indenização a uma auxiliar de panificação dispensada um dia após apresentar atestado para ficar afastada do serviço durante a pandemia, porque estava com um tumor cancerígeno na garganta. Para o colegiado, a dispensa foi discriminatória.

[Nova página do TST reúne precedentes constitucionais trabalhistas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/11/2023

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) lança, nesta segunda-feira (27), [nova página que reúne informações sobre precedentes constitucionais trabalhistas](#). Ela conta com seções de consulta a temas de repercussão geral sobre questões trabalhistas em tramitação no Supremo Tribunal Federal, temas objeto de suspensão nacional e submetidos ao controle concentrado de constitucionalidade, entre outros. A página também traz dados estatísticos sobre recursos extraordinários interpostos no TST, um glossário com termos, conceitos e prazos relativos a ações e recursos constitucionais na área trabalhista e artigos e doutrina.

Notícias do Executivo

[Divulgação de salários de homens e mulheres não mostrará nomes de colaboradores](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 30/11/2023

Na última quinta-feira (23) foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto nº 11.795/2023 regulamentando a Lei nº 14.611/2023, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em julho deste ano que estabelece a obrigatoriedade de igualdade salarial entre mulheres e homens. O decreto trata da transparência e igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens que exercem trabalho de igual valor ou atuam na mesma função. Para as pessoas jurídicas de direito privado com 100 ou mais empregados e que tenham sede, filial ou representação no Brasil, a regulamentação prevê a obrigatoriedade de publicação do Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios.

[MTE resgatou mais de 2.800 trabalhadores de condições análogas à escravidão em 2023](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 30/11/2023

O Ministério do Trabalho e Emprego resgatou, até o mês de novembro de 2023, um total de 2.847 trabalhadores do trabalho análogo à escravidão no Brasil, tendo fiscalizado no período 516 estabelecimentos urbanos e rurais, o que possibilitou o pagamento de R\$ 10.880.087,37 em verbas salariais e rescisórias aos trabalhadores resgatados pela fiscalização do trabalho. O número parcial de 2023, já é o maior em resgates dos últimos 14 anos, e um recorde histórico em toda a série de pagamento de verbas rescisórias. No ano de 2022, 2.587 trabalhadores foram encontrados e resgatados pela fiscalização, em 531 ações realizadas, com pagamento de R\$10.451.795,38 em indenizações trabalhistas.

[MTE instala Mesa Tripartite com entidades patronais e de trabalhadores para discutir a Portaria nº 3.665](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 29/11/2023

O Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, se reuniu com representantes de entidades de trabalhadores e empregadores, nesta quarta-feira (29), para discutir sobre a instalação da Mesa Tripartite, que visa o aprimoramento da Portaria nº 3.665 sobre o trabalho no comércio aos feriados, que passa a vigorar a partir de 1º de março de 2024. Segundo o ministro, a criação da mesa visa estabelecer um canal de escuta e de negociação entre entidades patronais e de trabalhadores.

[Fiscalização de jornada de trabalho segue tendência de crescimento institucional no Brasil](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 29/11/2023

O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretária de Inspeção do Trabalho, apresentou nesta semana os resultados da fiscalização de jornada de trabalhadores nas empresas utilizando o sistema Khronos, nova ferramenta tecnológica da auditoria fiscal do Trabalho. Desde maio de 2023, quando a nova versão do Khronos foi implementada, o sistema vem demonstrando resultados sólidos e abrangentes em todo o Brasil, tendo possibilitado a fiscalização de cerca de 33,3 milhões de jornadas de trabalho, detectando aproximadamente 7,7 milhões de irregularidades, como inobservância à quantidade mínima para descanso, refeição intrajornada e excesso de hora extra, por exemplo. Foram fiscalizadas 1.000 empresas dos mais diversos segmentos econômicos, alcançando aproximadamente 209 mil trabalhadores.

[Luiz Marinho: “Atualizar a capacitação e qualificação proporciona ao jovem boas oportunidades no mercado de trabalho”](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 29/11/2023

O Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou nesta terça-feira (28) da mesa de abertura do seminário “Fortalecimento da Política Pública de Intermediação de Mão de Obra”, realizado pela Agência Francesa de Desenvolvimento, em Brasília. Com o foco na orientação para diagnósticos territoriais e parcerias, o seminário abordou boas práticas da rede Sine (Caucaia/CE - Porto Alegre/RS – Bahia - Minas Gerais) e o modelo de diagnóstico realizado pelo Pole Emploi (agência responsável pelas ações de intermediação de mão de obra na França).

[Conselho Curador do FGTS aprova orçamento de R\\$ 117,65 bilhões para 2024](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 28/11/2023

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS) aprovou nesta terça-feira (28) os orçamentos financeiro, operacional e econômico para o exercício de 2024, e os orçamentos plurianuais para o período 2025-2027 do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Serão disponibilizados R\$ 117,65 bilhões no orçamento do Fundo dos trabalhadores destinados às políticas públicas de habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana no próximo ano, mantendo esse orçamento para os anos de 2025, 2026 e 2027. Serão destinados R\$ 105 bilhões para habitação popular, R\$ 6 bilhões para saneamento básico e R\$ 6 bilhões para infraestrutura urbana, que devem beneficiar mais de 14 milhões de pessoas e possibilitar a construção de 538 mil unidades habitacionais, além de gerar cerca de 2,7 milhões de empregos anualmente. Do total do orçamento da habitação, R\$ 97,15 bilhões serão utilizados em habitação popular. A meta prevista, em 2024, é contratar cerca de 339 mil moradias via programa Minha Casa Minha Vida.

[País gerou 190.366 postos com carteira assinada em outubro, segundo dados do Novo Caged](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 28/11/2023

Segundo dados do Novo Caged, o país obteve no mês de outubro de 2023 um saldo positivo de 190.366 postos de trabalho com carteira assinada, resultante de 1.941.281 admissões e 1.750.915 desligamentos no mês, com a maioria dos empregos formais criados principalmente no setor de Serviços (109.939) e no Comércio (49.647). No acumulado do ano, o total de vagas geradas chegou a 1.784.695 postos de trabalho, ficando positivo nos 5 grandes grupamentos econômicos e nas 27 Unidades da Federação. Com isso, o estoque total recuperado para o Caged foi de 44.229.120 postos de trabalho formais.

[“A negociação coletiva precisa ser retomada”, destaca ministro do Trabalho e Emprego](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 27/11/2023

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou, nesta segunda-feira (27), da Semana Nacional de Promoção da Negociação Coletiva, em comemoração à

ratificação pelo Brasil da Convenção nº 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata do direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva.

[Fique de olho: INSS liga para segurados para antecipar perícia](#)

Ministério da Previdência Social - 27/11/2023

A antecipação de perícias médicas para 9 mil cidadãos que aguardam exame há mais de 100 dias para concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para pessoa com deficiência está em andamento desde o último dia 20 de novembro. O contato para avisar que atendimento presencial foi antecipado é feito pelo aplicativo Meu INSS, pelo telefone da Central 135, que liga no número (11) 2135 0135, pelo e-mail (noreply@inss.gov.br), e SMS pelos números 29230, 27030 e 92716, que são números do Ministério do Desenvolvimento Social, ou ainda pelo “torpedo” do INSS: 28041.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Coordintegração discute a efetividade das ações rescisórias na Justiça do Trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 30/11/2023

A Coordenadoria Nacional de Integração de Primeiro e de Segundo Grau – Coordintegração, promoveu entre os dias 27 e 28 de novembro, o curso “Ação Rescisória”. Durante dois dias, a capacitação reuniu mais de 40 participantes em Brasília. Procuradoras e procuradores do Trabalho de todas as Regionais do país debateram a evolução histórica do instituto, bem como a sua efetividade na Justiça do Trabalho. O coordenador nacional da Coordintegração, Ronaldo Lira, destacou, entre as discussões levantadas sobre o tema, que o exercício da ação rescisória deve ser repensado pelo Parquet, tendo em vista os gargalos que dificultam o seguimento e o conhecimento dos recursos de revista interpostos pelo Ministério Público do Trabalho.

[“A gente não pode deixar de ver o assédio como um ato único”, afirma procuradora](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/11/2023

O Ministério Público do Trabalho (MPT) participou, na segunda-feira (27), de audiência pública “Assédio moral na Consolidação das Leis Trabalhistas”, promovida pela Câmara dos Deputados. A instituição foi representada, na mesa da audiência, pela procuradora do Trabalho Fernanda Barbosa Diniz, que destacou questões caras ao MPT no que diz respeito ao assédio moral. Entre os pontos mais enfatizados por Diniz está o critério usado na tipificação da conduta. “A posição institucional do Ministério Público do Trabalho é não exigir a reiteração da conduta para a configuração do assédio. Desde a Convenção 190 – que também já foi abordada aqui – o Ministério Público passa a entender que um ato único pode configurar assédio”, explica.

[MPT defende equilíbrio entre o incentivo ao empreendedorismo e a valorização do trabalho humano em audiência](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/11/2023

Em audiência na Câmara dos Deputados, a Subcomissão Permanente de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (CICS/SUBMIPEQ) debateu as disposições do Projeto de Lei Complementar 125 de 2023 (PLP 125/2023). O debate aconteceu na terça-feira (28) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) defendeu o equilíbrio entre a livre iniciativa e a valorização do trabalho humano. O procurador do Trabalho Marcelo Freire Sampaio Costa representou o MPT na audiência e comentou sobre as mudanças trabalhistas no Estatuto das Micro e Pequenas Empresas.

[Negociação coletiva depende de fortalecimento de sindicatos, aponta subprocurador](#)

Ministério Público do Trabalho - 27/11/2023

A recuperação da representatividade dos sindicatos é essencial para que as negociações trabalhistas voltem a ter importância. A avaliação é do titular da Coordenação de Recursos Judiciais do Ministério Público do Trabalho (MPT), Francisco Gérson Marques de Lima, durante abertura da Semana Nacional de Promoção da Negociação Coletiva 2023, na segunda-feira (27/11). A iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tem o objetivo de estimular a reflexão sobre os desafios e as perspectivas relacionados à negociação coletiva.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Câmara aprova redução de contribuições patronais do FGTS e da previdência social para primeiro emprego de jovens](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 27/11/2023

Sob a justificativa de facilitar a contratação de pessoas de 18 a 29 anos para o seu primeiro emprego, a Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira, 21 de novembro, o Projeto de Lei 5228/19, que reduz o recolhimento do FGTS e da Previdência Social por parte do empregador na concessão de primeiro emprego a jovens de 18 a 29 anos. A matéria agora volta para o Senado para análise, por ter sido modificada, onde o SINAIT continuará trabalhando por melhorias no texto. O texto aprovado é um substitutivo da deputada Adriana Ventura (Novo-SP), que retoma as regras gerais da Carteira Verde e Amarela, objeto da Medida Provisória 905/19, cuja vigência acabou por não ser votada. Na Câmara, o SINAIT trabalhou contra o projeto, e posteriormente pela melhoria do relatório, considerando que o PL não seria rejeitado na íntegra. O trabalho se deu junto à liderança do governo, junto ao PT e PCdoB.

Outras Notícias

[Estabilidade de operário da Cipa só vale até o fim de obra, decide juiz](#)

Consultor Jurídico - 03/12/2023

A garantia de emprego temporária dos integrantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) em um canteiro de obras é extinta ao término da obra. Esse foi o entendimento do juiz Helvan Domingos Prego, da 12ª Vara do Trabalho de Goiânia, para negar reclamação trabalhista do ex-funcionário de uma empreiteira demitido após o fim da obra.

[O papel da Justiça do Trabalho diante das mudanças no mercado de mão de obra](#)

Consultor Jurídico - 03/12/2023

Se o trabalho está em crise, então a Justiça do Trabalho também está em crise. Não se trata de uma crise de produtividade ou de funcionalidade, que neste ponto ela até que vai bem, obrigado. Com efeito, entre todos os ramos do Judiciário brasileiro, é o que tem menor congestionamento de processos, o que julga mais rápido. A crise da Justiça do Trabalho é uma crise de identidade, quase existencial, e tem sua face mais visível no embate que sustenta com o Supremo Tribunal Federal para definir o alcance de sua competência.

[Trabalhador demitido com Burnout deve ser reintegrado e indenizado](#)

Consultor Jurídico - 02/12/2023

Um coordenador do departamento pessoal de uma indústria de colchões em Salvador deverá ser reintegrado ao trabalho e receberá uma indenização de R\$ 15 mil por ter sido dispensado de forma discriminatória. O empregado estava enfrentando

ansiedade generalizada e Burnout durante a crise de Covid-19 e foi dispensado aproximadamente dois meses após apresentar um atestado médico.

[Mercado de trabalho no Brasil hoje vive à margem da CLT](#)

Consultor Jurídico- 02/12/2023

O que não falta no Brasil são trabalhadores. São 108 milhões de pessoas, com mais de 16 anos, aptas a pegar no batente. Pode até não faltar trabalho para tanta gente, o que está em falta, cada vez mais, são empregos. Desta massa de gente trabalhadora, 44 milhões têm trabalho formal, com carteira assinada ou com um contrato de trabalho. Outros 40 milhões estariam na informalidade, ou seja, não têm nem contrato nem o CNPJ de um suposto empreendedor, mas dão o duro fazendo bicos ou vivendo de expediente. Os simplesmente desempregados estariam em torno de oito milhões. Perpassando todos estes grupos haveria ainda 25 milhões de trabalhadores por conta própria, sejam eles autônomos, empresas unipessoais ou outro tipo de trabalhador sem uma relação regular de emprego.

[Trabalhadores e empregadores caminham para o fim do trabalho](#)

Consultor Jurídico - 01/12/2023

Vivemos uma era de crises. Temos a crise climática, a crise da democracia, a crise da informação. E temos a crise do trabalho, da qual pouco se fala ainda, mas que já produz efeitos devastadores tanto em termos econômicos quanto sociais. Se quisermos ser mais radicais, podemos dizer que esta crise está inserida na crise maior do capitalismo, que faz da desigualdade um dos grandes desafios da civilização contemporânea. Da resolução que se der aos problemas contidos nessas crises, verdadeiras revoluções que estão modificando a maneira de ser e de ter, depende o futuro da humanidade e do planeta.

[Efetividade e eficácia na transparência salarial entre mulheres e homens](#)

Consultor Jurídico - 01/12/2023

O Direito do Trabalho e a legislação trabalhista vivem, historicamente, o drama de sua efetividade e de sua eficácia, gerado, especialmente pelas circunstâncias sociais, econômicas e culturais. A eficácia de uma regra de direito ou de proteção social, no caso da legislação trabalhista, decorre da condição de obter o resultado desejado pelo legislador. Neste sentido, a Lei nº 14.611/2023, que dispôs sobre a igualdade sala-

rial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens, tratou de forma efetiva de hipótese de combate à discriminação de gênero, gerando a expectativa de sua eficácia no plano real, a depender de regulamento que deveria ser objeto de regulamentação.

[Em meio a disputa, ministra do TST diz que juízes devem 'preservar' jurisprudência do STF](#)

Consultor Jurídico - 30/11/2023

Em meio a uma disputa jurisprudencial que opõe parte das turmas do Tribunal Superior do Trabalho e o Supremo Tribunal Federal, a ministra Maria Cristina Peduzzi, do TST, afirmou que os magistrados devem “preservar” a jurisprudência do STF, “para garantia maior dos juridicionados”. Segundo ela, as decisões da Corte usam fundamentações que consagram a “liberdade econômica”.

[STF virou espécie de tribunal recursal trabalhista, diz conselheira](#)

Consultor Jurídico - 30/11/2023

A 24ª Conferência Nacional da Advocacia Brasileira abriu espaço, na manhã de quarta-feira (29/11), para um painel dedicado à análise da efetividade constitucional dos direitos sociais. No encontro, os especialistas abordaram temas como o esvaziamento da competência da Justiça do Trabalho por decisões do Supremo Tribunal Federal; a renda universal básica; a regulação do trabalho e as plataformas digitais; o vínculo de emprego e os escritórios de advocacia; e o trabalho escravo e degradante.

[Supremo anula decisões do TRT-2 que ignoraram precedentes sobre terceirização](#)

Consultor Jurídico - 27/11/2023

Em julgamento de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal já validou a terceirização de toda e qualquer atividade pelas empresas privadas, sem que isso configure relação de emprego. Assim, os ministros Luiz Fux e Kassio Nunes Marques, do STF, anularam decisões que haviam reconhecido vínculo de emprego entre um escritório de advocacia e advogadas associadas.

[Família de vítima de acidente de trabalho tem direito a indenização](#)

Consultor Jurídico - 27/11/2023

O dano moral reflexo ou em ricochete ocorre quando a conduta é praticada contra terceiro mas agride a personalidade de outras pessoas, de forma a justificar reparação pela ofensa aos direitos delas. Com esse entendimento, a 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região condenou a estatal Petrobras e uma empresa que lhe presta serviços de locação de equipamentos a pagar indenização, de forma solidária, no total de R\$ 350 mil à família de um jovem que sofreu queimaduras em 73% da superfície corporal em um acidente de trabalho.

[Ministras do TST divergem sobre posição do STF envolvendo Trabalho](#)

Migalhas - 03/12/2023

Diversas decisões recentes mostram desalinho entre o STF e o TST com relação a novas formas de trabalho. Enquanto a Corte trabalhista, em uma posição mais conservadora, vê pejetização ilícita e reconhece vínculo de emprego entre trabalhadores e empresas de aplicativos, o Supremo se mostra mais liberal diante de novos formatos, derrubando decisões de vínculos de emprego e permitindo a terceirização inclusive de atividade-fim. A dissidência de entendimentos é vista inclusive dentro do Tribunal do Trabalho. Sobre o tema, a TV Migalhas ouviu as ministras do TST Maria Cristina Peduzzi e Delaíde Alves Miranda Arantes.

[TRT-3 mantém justa causa de empregada que viajou à custa da empresa](#)

Migalhas - 02/12/2023

A Justiça do Trabalho manteve a dispensa por justa causa da trabalhadora que fez uma viagem sem motivo profissional e custeada pela empregadora. A ex-empregada alegou que foi injustamente dispensada, requerendo a reversão da justa causa e o pagamento das verbas rescisórias decorrentes, além de indenização por danos morais. Entretanto, no entendimento da juíza Circe Oliveira Almeida Bretz, no período em que atuou na 20ª vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, as provas constantes dos autos confirmaram a tese de defesa da empregadora.

[TRT-15 arbitra multa a empregador que questionou prazo de recurso](#)

Migalhas - 01/12/2023

Tribunal do Trabalho arbitra multa a empregador que questionou tempestividade de recurso interposto pela ex-empregada. A 1ª câmara do TRT da 15ª região entendeu que os dois embargos do empregador foram protelatórios. No caso, a ex-empregada interpôs um recurso ordinário, pois, em 1ª instância, não teve seu pedido apreciado, já que a juíza considerou que as verbas decorrentes da rescisão sem justa causa já haviam sido objeto de acordo arbitral.

[TRT-2 mantém justa causa de trabalhador por uso de banheiro feminino](#)

Migalhas - 30/11/2023

A 14ª turma do TRT da 2ª região manteve justa causa por mau procedimento aplicada a controlador de acesso que utilizou banheiro feminino do local de trabalho. O comportamento do profissional causou constrangimento a uma colega que se dirigiu ao vestiário feminino e encontrou a porta trancada e as luzes apagadas. Ao entrar no recinto, pois possuía cópia das chaves, a mulher se deparou com o homem e forte odor de cigarro.

[Valorização do trabalho é um tema de cidadania, diz Kátia Arruda](#)

Migalhas - 30/11/2023

Em entrevista à TV Migalhas, durante a 24ª Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, ministra do TST, Kátia Arruda, destacou a importância da valorização social do trabalho. A ministra mencionou as novas configurações das jornadas de trabalho, como o trabalho intermitente, o teletrabalho e o trabalho a tempo parcial. Mas, apesar desses novos formatos, Kátia Arruda mencionou que se deve dar especial atenção ao aspecto social do trabalho.

[Governo inclui covid-19, burnout e câncer como doenças do trabalho](#)

Migalhas - 30/11/2023

O Ministério da Saúde anunciou nesta quarta-feira, 29, a atualização na lista de doenças relacionadas ao trabalho. Portaria já foi publicada incluindo 165 novas patologias, apontadas como responsáveis por danos à integridade física ou mental do trabalhador. Entre as patologias estão a covid-19, distúrbios músculos esqueléticos e alguns tipos de cânceres.

[Cláudio Brandão avalia mudanças de competência na Justiça do Trabalho](#)

Migalhas - 29/11/2023

Cláudio Brandão, ministro do TST, em entrevista à TV Migalhas, durante a 24ª Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, avaliou as mudanças de competência pelas quais passou a Justiça do Trabalho. O ministro apontou que, desde 1943, a Justiça trabalhista é competente para julgar relações de emprego e que após a CF de 1988, passou-se a entender que a Justiça do Trabalho seria competente para analisar outras relações de trabalho. Tal alteração, segundo Cláudio, foi reafirmada com a EC 45/04. “Esse fenômeno de mutação constitucional que houve em 2004 procurou transformar uma Justiça especializada, não em uma forma de trabalho, mas em todas as formas de trabalho humano”, completou.

[Contribuição assistencial deve garantir o direito de oposição, diz Peduzzi](#)

Migalhas - 28/11/2023

Em setembro deste ano, o STF validou a obrigatoriedade de cobrança de contribuição assistencial de empregados não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição. Para o plenário, quando o sindicato realiza uma negociação coletiva, “os benefícios obtidos se estendem a todos os empregados integrantes da correspondente base sindical, sejam eles filiados ou não”. Em entrevista à TV Migalhas, a ministra do TST, Maria Cristina Peduzzi, explicou que na década de 80 que esse também era o entendimento que prevalecia no âmbito do TST acerca da contribuição assistencial.

[Na próxima semana Fundacentro realiza debate público sobre a NR 1 que trata do gerenciamento de riscos ocupacionais](#)

Revista Proteção - 30/11/2023

As inscrições para o debate público “A Norma Regulamentadora 1 (NR 1) necessária no atual momento para superar a acidentalidade no Brasil” abriram segunda-feira, dia 27 novembro. O evento será realizado na próxima semana, dia 8 de dezembro, das 14h às 17h, no auditório da Fundacentro, em São Paulo. Para assistir a transmissão, basta acessar o [canal da Fundacentro no YouTube](#), no dia e horário do encontro. As vagas são limitadas e as inscrições poderão ser feitas somente até 6/12.

[TRT-4 e OIT assinam parceria sobre aplicação das normas internacionais do trabalho](#)

Organização Internacional do Trabalho - 30/11/2023

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-4/Rio Grande do Sul) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) formalizaram nesta quarta-feira (29), o processo de adesão do TRT-4 ao Memorando de Entendimento assinado entre o Tribunal Superior do Trabalho (TST), a OIT e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), com o propósito de promover o trabalho decente e o cumprimento das normas internacionais do trabalho da OIT.

[OIT participa da Semana da Negociação Coletiva](#)

Organização Internacional do Trabalho - 28/11/2023

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) participou da abertura da Semana Nacional de Promoção da Negociação Coletiva, promovida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em comemoração aos 71 anos da ratificação pelo Brasil da Convenção nº 98 da OIT, que trata do direito de sindicalização e de negociação coletiva. O objetivo do evento é estabelecer o diálogo e a reflexão sobre os desafios e perspectivas relacionados à negociação coletiva, fortalecendo as relações no ambiente de trabalho.

[Quase 3 milhões de pessoas morrem devido a acidentes e doenças relacionados ao trabalho](#)

Organização Internacional do Trabalho - 26/11/2023

Quase três milhões de trabalhadores e trabalhadoras morrem a cada ano devido a acidentes e doenças relacionados com o trabalho, um aumento de mais de 5% em comparação com 2015, de acordo com novas estimativas da OIT. Esse número destaca os persistentes desafios para assegurar a proteção da saúde e segurança dos trabalhadores e das trabalhadoras em todo o mundo.

[CBIC participa do Congresso Nacional da Magistratura do Trabalho](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 29/11/2023

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia, participará nesta quinta-feira (30), da segunda edição Congresso Nacional da Magistratura do Trabalho, que ocorre em Foz do Iguaçu. O evento reunirá ministros de Estado, do STF, do STJ e do TST, além de juristas, magistrados, advogados, representantes sindicais e empresários para discutir os impactos socioeconômicos, jurídicos e institucionais nas relações de produção.

[Frentes Parlamentares e entidades realizam ato em defesa da desoneração da folha](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 28/11/2023

A derrubada do veto presidencial ao projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia motivou uma série de manifestos de parlamentares e entidades, nesta terça-feira (28), em Brasília. Presente nos atos, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia, destacou a importância de se manter a desoneração para o ambiente de negócios e a geração de empregos.

Atos Normativos

[PORTARIA PRES/INSS Nº 1.634, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023](#) (DOU de 27/11/2023 Seção I Pág. 115) - Institui o Laboratório de Inovação - LabPrev, cuja finalidade é ser um espaço colaborativo para o desenvolvimento de ideias e projetos inovadores, que possam atender da melhor maneira às demandas dos cidadãos que buscam os serviços prestados pelo INSS e para os servidores no desempenho de suas funções;

[PORTARIA MTE Nº 3.714, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2023](#) (DOU de 27/11/2023 Seção I Pág. 177) - Regulamenta o Decreto nº 11.795, de 23 de novembro de 2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens, em especial o Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, o Plano de Ação para Mitigação da Desigualdade Salarial e de Critérios Remuneratórios, o protocolo de fiscalização contra a discriminação salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens e a disponibilização de canais específicos para denúncias de discriminação salarial. (Processo nº 19955.201311/2023-38);

[LEI Nº 14.737, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023](#) (DOU de 28/11/2023 Seção I Pág. 03) - Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para ampliar o direito da mulher de ter acompanhante nos atendimentos realizados em serviços de saúde públicos e privados;

[ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CORAT Nº 13, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023](#) (DOU de 28/11/2023 Seção I Pág. 31) - Dispõe sobre a dispensa de apresentação da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) relativa às contribuições previdenciárias devidas em razão de decisões condenatórias ou homologatórias proferidas pela Justiça do Trabalho, que se tornarem definitivas a partir de 1º de outubro de 2023;

[DECRETO Nº 11.801, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023](#) (DOU de 29/11/2023 Seção I Pág. 03) - Institui o Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de propor orientações para a elaboração e o desenvolvimento de programas de aprendizagem profissional direcionados ao setor de vigilância privada e ao segmento de transporte de valores;

[PORTARIA GM/MS Nº 1.999, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023](#) (DOU de 29/11/2023 Seção I Pág. 99) - Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017 para atualizar a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT);

[PORTARIA GM/MS Nº 2.010, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023](#) (DOU de 29/11/2023 Seção I Pág. 127) - Altera o Anexo I do Anexo V à Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, para incluir a doença falciforme na Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional;

[PORTARIA GM/MS Nº 2.018, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023](#) (DOU de 29/11/2023 Seção I Pág. 179) - Institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Saúde, com a finalidade de elaborar proposta de programa de biomonitoramento humano de substâncias químicas do Brasil;

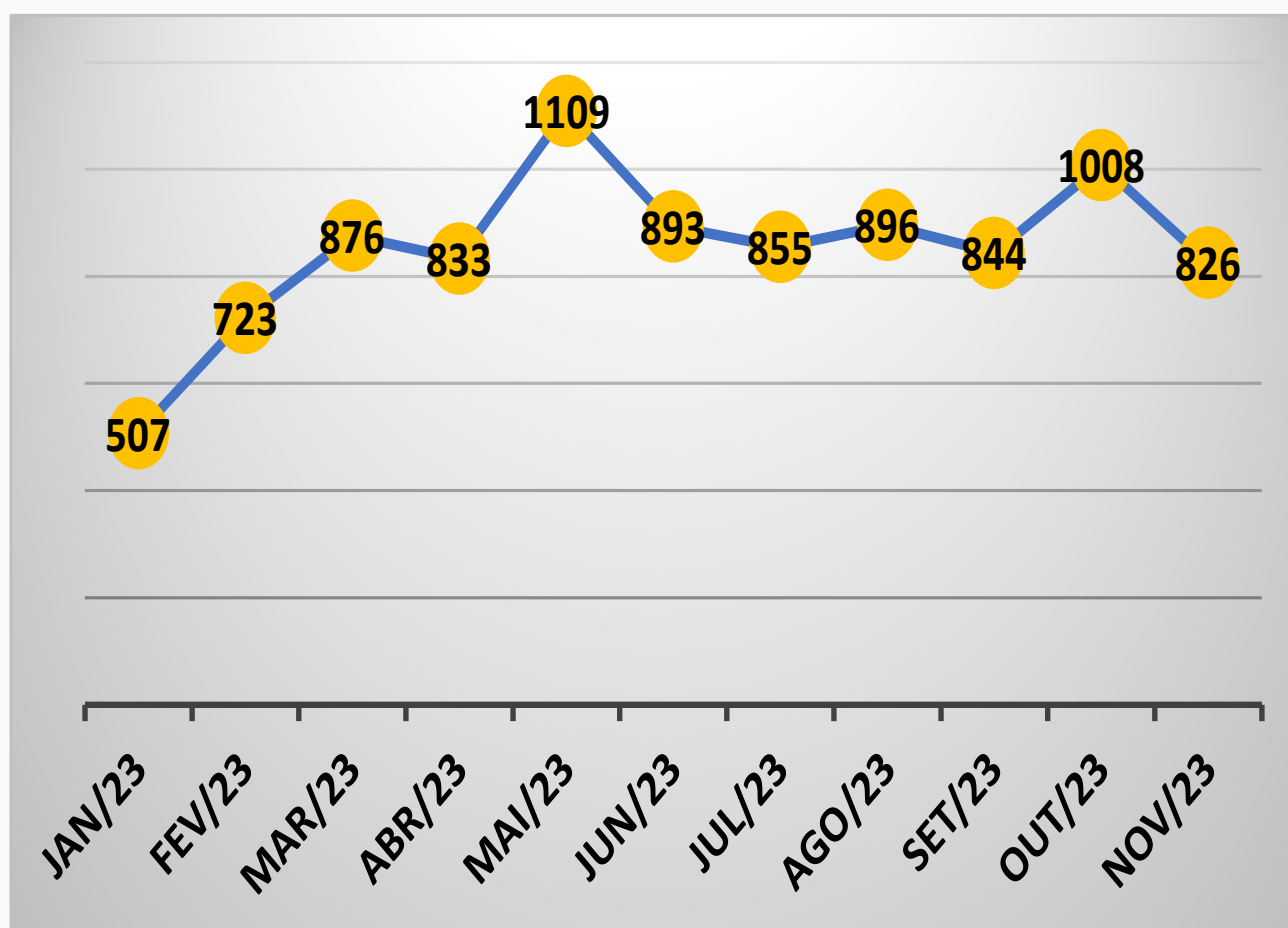
[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.078, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023](#) (DOU de 29/11/2023 Seção I Pág. 242) - Define as informações gerenciais a serem fornecidas ao Conselho Curador do FGTS pelos Órgãos e Entidades responsáveis pela gestão e operação do FGTS;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 1.079, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023](#) (DOU de 29/11/2023 Seção I Pág. 242) - Aprova os orçamentos financeiro, operacional e econômico para o exercício de 2024, e os orçamentos plurianuais, para o período 2025-2027, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

RADAR
TRABALHISTA

Dados Estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 18 (NR 18) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2023 (jan-nov):



Fonte: Radar SIT - Autuações

EXPI **EXPEDIENTE**

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice-Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula